

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 DO INQUÉRITO POLICIAL

1. Razão de ser do inquérito	1
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil	2
3. Fixação das atribuições da Polícia Civil	2
4. Finalidade do inquérito policial	3
5. Caracteres do inquérito policial	3
6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial	4
7. Prazo para a conclusão do inquérito	8
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito?	9
9. É indispensável o inquérito?	9
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado	10
11. O relatório	10
12. A condução coercitiva do indiciado	10
13. Como se inicia o inquérito policial?	11
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada?	12
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada?	15
16. Modelo de portaria. Observações	15
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações ...	18
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações	19
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações	21
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações .	26
21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações	28
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	30

CAPÍTULO 2 DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo	38
---	----

2. Sentido da expressão “flagrante delito”	42
3. Fundamento atual	42
4. Fundamento anterior	45
5. As modalidades de flagrante	47
6. Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante	49
7. A prisão em flagrante como ato administrativo	50
8. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada	51
9. Como se lavra um auto de prisão em flagrante	51
10. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto	53
11. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante	57
12. O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante	57
13. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais ...	58
14. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?	58
15. Observações sobre a prisão em flagrante	59
16. Flagrante preparado e flagrante esperado	65

CAPÍTULO 3

DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Etimologia. Noções	70
2. Conceito	73
3. A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário?	73
4. Característicos	75
5. Princípios	76
6. Divisão da jurisdição	78
7. Competência	81
8. Delimitação do poder de julgar	82
9. Onde a causa penal deve ser julgada?	84
10. Prerrogativa de função	89
10.1. Supremo Tribunal Federal	90
10.2. Superior Tribunal de Justiça	92
10.3. Superior Tribunal Militar	94
10.4. Tribunal Superior Eleitoral	94
10.5. Tribunais Regionais Eleitorais	95
10.6. Tribunais Regionais Federais	97
10.7. Tribunais de Justiça	99

10.8. Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel muneris</i> dos Tribunais de Justiça	106
10.9. Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privativo exerce suas atividades	108
10.10. Competência originária mesmo cessada a função	109
10.11. Problemas especiais	118
11. Conexão e continência	120

CAPÍTULO 4

DA AÇÃO PENAL

1. Direito de ação	130
2. O processo	131
3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios .	133
4. Ação penal: conceito	134
5. Classificação subjetiva da ação penal	134
6. Da ação penal pública incondicionada	135
7. Ação penal pública incondicionada: princípios	136
8. Da ação penal pública condicionada	140
9. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função	153
10. Requisição do Ministro da Justiça	157
11. Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa .	160
12. As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir	162
13. Condições específicas da ação	165
14. Rejeição da denúncia ou queixa	167
15. Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?	168
16. Pode o Promotor desistir da ação penal?	168
17. Como se instaura o processo	169
18. Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar?	169
19. Que deve conter a denúncia?	170
20. Modelo de denúncia	173
21. Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito	173
22. Prazos para a denúncia	174

23. O despacho do Juiz recebendo a denúncia	175
24. Outras observações	177
25. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências	180
26. Observações	181
27. Pode a autoridade policial deixar de realizá-la?	181
28. Pedido de arquivamento: modelo	182
29. Observações	182
30. Arguição de incompetência: modelo	187
31. Conflito de competência	188
32. Conflito de atribuições	195

CAPÍTULO 5

DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa	198
2. A decadência do direito de queixa	200
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa	203
4. A queixa nos crimes contra a honra. A perempção	205
5. O perdão	206
6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa?	206
7. As custas do processo	207
8. Modelo de queixa	209
9. Modelo de procuração	210

CAPÍTULO 6

DA DEFESA PRÉVIA

1. É a defesa prévia obrigatória ou facultativa?	211
2. Exemplo de defesa prévia	212
3. Observações sobre a defesa prévia	213

CAPÍTULO 7

DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação	219
-----------------------------------	-----

2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente?	219
3. A função do assistente	220
4. Ouvida do Ministério Público	221
5. Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir?	221
6. Atividade do assistente	222
7. Em que hipóteses pode recorrer?	222
8. Prazo para a interposição de recurso pelo assistente	224
9. Pode o Poder Público intervir como assistente?	225
10. A intimação da sentença	226
11. Modelos de pedido de habilitação de assistente	226
12. Modelo de procuração	228

CAPÍTULO 8

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico	229
2. A antijuridicidade	230
3. A culpabilidade	231
4. A imputabilidade	232
5. A importância do exame de sanidade	232
6. Critérios para aferir a inimputabilidade	233
7. Os menores de 18 anos	234
8. Os doentes mentais	234
9. A embriaguez	235
10. A fusão dos elementos etiológico e psicológico	237
11. Como se comprova a inimputabilidade?	237
12. Oportunidade para o exame de insanidade mental	239
13. Legitimidade	240
14. Procedimento	240
15. Formulação dos quesitos	242
16. A doença mental antes e depois da prática da infração	243
17. Fica o Juiz vinculado à perícia?	244

CAPÍTULO 9

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento	245
-----------------------------------	-----

2. Processo e procedimento	245
3. As alterações introduzidas no Processo Penal	247
4. Formas procedimentais	251
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	252
6. Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função	262
7. Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão	263
8. Suspensão condicional do processo	267
9. Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais	281
10. Crimes da competência do Júri. A primeira fase	283
11. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação	285
12. Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade	288
13. A competência do Tribunal do Júri	299
14. O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>veredicta</i>	300
15. Organização e funcionamento do Júri	312
16. Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação	340
17. Modelo de sentença absolutória. Observação	341
18. Modelo de sentença condenatória. Observação	342
19. Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observações	344
20. Questionário	349

CAPÍTULO 10

DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares	364
2. O foro competente	365
3. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências	370
4. O procedimento dos processos por crimes de imprensa	375
5. Os prazos prescricionais	376
6. O procedimento	378
7. Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa?	381
8. O procedimento dos processos por crimes eleitorais	382
9. O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais. Observação	385
10. Entorpecentes. Observações	388
11. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	391
12. Os crimes contra a fauna	392
13. Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores ...	394

CAPÍTULO 11

DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS COM DETENÇÃO

1. O procedimento comum para os crimes apenados com detenção. Observações	396
2. O procedimento na hipótese dos crimes apenados com detenção, cuja pena máxima não ultrapassar dois anos, subordinados ou não a procedimento especial. Observações	398
3. O procedimento sumariíssimo	409
4. Modelo de termo circunstanciado	411
5. O procedimento especial para os crimes apenados com detenção	412
6. O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade	413
7. O procedimento nos crimes contra a economia popular. Observação	415
8. Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento ..	417
9. Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento	417
10. Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento	418
11. Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento	418
12. Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando afiançáveis (punidos ou não com detenção): procedimento	422
13. Crimes contra a honra: procedimento	425
14. Entorpecentes	432
15. Crimes da Lei das Licitações	432

CAPÍTULO 12

DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1. Preliminares	434
2. O procedimento comum para as contravenções segundo o CPP	435
3. O novo rito	436
4. Quando se utiliza o procedimento previsto no CPP	437
5. O procedimento especial	438

6. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	439
7. O procedimento das contravenções eleitorais. Observações .	440

CAPÍTULO 13 DAS ALEGAÇÕES

1. Alegações finais: exemplo	443
2. Observações sobre as alegações finais	445
3. As alegações orais, ou debates, nos denominados “processos sumários”. Observações	447

CAPÍTULO 14 DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Da prisão provisória	450
2. Quando é necessária a prisão processual?	452
3. A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível	454
4. Da prisão preventiva	456
5. Da prisão temporária	460
6. Anotações sobre o flagrante	464
7. Da liberdade provisória	465
8. Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade	466
9. Limites da fiança	473
10. Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança	474
11. Extinção	475
12. Fiança sem efeito e fiança inidônea	475
13. Reforço	476
14. Fiança sem objeto	476
15. Condenação	477
16. Execução	477

CAPÍTULO 15 DA SENTENÇA

1. Sentença absolutória: exemplo	478
--	-----

2. Sentença condenatória: exemplo	479
3. Observações sobre a sentença	481

CAPÍTULO 16 DO LIBELO

1. Noções sobre o libelo	498
2. Pode a pronúncia, após a preclusão <i>pro judicato</i> , ser alterada?	499
3. Exemplo de libelo	499
4. Observações sobre o libelo	500
5. Libelo em série. Observações	501
6. Outros modelos. Observações	502
7. Contrariedade do libelo. Observações	504

CAPÍTULO 17 DAS NULIDADES

1. Noções preliminares	506
2. Ato inexistente	506
3. Atos nulos e irregulares	507
4. A nulidade	508
5. Atos essenciais	508
6. Formalidades essenciais	509
7. A classificação dos atos e das formalidades	510
8. Incompetência, suspeição e suborno do Juiz	510
9. Ilegitimidade de parte	511
10. Relação dos atos estruturais	512
11. Nulidades absolutas e relativas no CPP	516
12. Momento para a arguição da nulidade	518
13. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?	519
14. Quem pode arguir a nulidade?	519
15. Modos de sanabilidade	520
16. Pode haver nulidade em inquérito?	520

CAPÍTULO 18 DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades	522
----------------------------------	-----

2. Fundamento	524
3. Pressupostos lógico e fundamental	525
4. Classificação da sucumbência	526
5. Pressupostos recursais objetivos	531
6. Pressupostos recursais subjetivos	540
7. Juízo de admissibilidade, ou prelibação	541
8. Extinção anormal dos recursos	541
9. Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial	543
10. Recursos voluntários e necessários	543
11. Efeitos dos recursos	546
12. Unirrecorribilidade	549

CAPÍTULO 19

DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. Exemplo de interposição	551
2. Exemplo de razões. Observação	552
3. Considerações	554
4. O recurso em sentido estrito	556
5. É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?	557
6. Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito?	558
7. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	558
8. Prazo para razões e contra-razões	559
9. Pode o Juiz retratar-se?	560
10. E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer?	561
11. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	562
12. Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional Eleitoral?	562
13. É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça?	563
14. As decisões que comportam recurso em sentido estrito	564
15. Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente)	571
16. Efeitos	572
17. Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i>	573

CAPÍTULO 20

DO RECURSO DE APELAÇÃO

1. Exemplo de interposição de recurso de apelo	575
2. Exemplo de razões. Observação	576
3. Exemplo de contra-razões	578
4. Noções	586
5. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	587
6. Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo?	589
7. Como se interpõe a apelação?	589
8. O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem ..	589
9. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões	591
10. Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos?	592
11. Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?	593
12. A quem é endereçado o recurso de apelo?	595
13. Apelação plena e limitada	595
14. Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância	597
15. Pressupostos próprios do recurso de apelo	597
16. Extinção anormal da apelação	606
17. Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ?	609
18. A apelação sobe nos próprios autos?	613
19. O § 4º do art. 593	613
20. A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação?	613
21. Apelação sumária e apelação ordinária	614
22. Efeitos do recurso de apelação	614
23. Tem a apelação do assistente efeito suspensivo?	616
24. A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	616

CAPÍTULO 21

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Modelo de interposição	624
2. Noções	624

3. É exclusivo da defesa?	625
4. Quando cabe	625
5. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?	626
6. Pode a defesa protestar e apelar?	628
7. Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri?	629
8. Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento? ..	630
9. Razão histórica do protesto	631
10. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?	632
11. Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?	633

CAPÍTULO 22

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação	635
2. Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça	637
3. Considerações preliminares	637
4. Os embargos infringentes e de nulidade	639
5. Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento	640
6. São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância?	641
7. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar	642
8. Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia?	643
9. Os embargos no STF	643
10. Os embargos no STJ	645
11. Embargos de divergência	645

CAPÍTULO 23

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Modelo	650
2. Generalidades	651
3. Quando podem ser opostos	652

4. A quem são dirigidos	652
5. Procedimento	652
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	653
7. Quem pode interpor os embargos?	654
8. Quem os julga?	654
9. Os embargos na inferior instância.....	654
10. Retratabilidade	654
11. Suspendem o prazo de outro eventual recurso?	654
12. Extensão dos embargos declaratórios	655

CAPÍTULO 24

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observação	658
2. Exemplo de razões	659
3. Exemplo de contra-razões	661
4. Observações sobre a carta testemunhável	662
5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?	663
6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável	665
7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante	665
8. Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?	666
9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?	666
10. Razões históricas da carta testemunhável	666
11. Como se conta o prazo	668

CAPÍTULO 25

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo	669
2. Exemplo de razões	670
3. Exemplo de contra-razões	671
4. Generalidades	672
5. Cabimento	672
6. Admite-se a correição no processo civil?	674

7. Origem	674
8. Surgimento da correição no Estado de São Paulo	675
9. É inconstitucional?	675
10. É recurso?.....	676
11. Procedimento	677

CAPÍTULO 26

DO “HABEAS CORPUS”

1. Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito	681
2. Considerações sobre o <i>habeas corpus</i>	682
3. Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica?	684
4. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	686
4A. Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo	686
5. Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa?	689
6. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício?	690
7. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ?	690
8. A competência originária	691
9. A competência recursal	699
10. Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada?	699
11. Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?	700
12. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível?	700
13. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada? Observação	701
14. Alguns casos de <i>habeas corpus</i>	703
15. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora ..	704
16. Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Justiça	704
17. Observações sobre o <i>habeas corpus</i>	717
18. A sustentação oral do <i>habeas corpus</i>	718
19. Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ	718
20. Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i>	719

21. Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado?	720
22. Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?	721
23. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário?	721
24. Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ?	722
25. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada? ..	723
26. Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular?	724
27. O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório	725
28. Finalidade do <i>habeas corpus</i>	729
29. Apresentação do paciente	729
30. Sanções	730
31. Pedido de informações	730
32. Intervenção do Ministério Público	730
33. Como pode ser impetrada a ordem?	731
34. Concessão	732
35. Não-cabimento	732
36. O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i>	733
37. Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição?	734
38. Liminar em <i>habeas corpus</i>	735

CAPÍTULO 27

DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição	737
2. Exemplo das razões	737
3. Os três tipos de recurso ordinário-constitucional	740
4. O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta	740
5. O recurso ordinário-constitucional	743
6. Procedimento	744

CAPÍTULO 28

DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal	746
---	-----

2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada?	748
3. Generalidades	748
4. O erro judiciário e a coisa julgada	750
5. A revisão <i>pro societate</i>	752
6. A revisão criminal no Brasil	753
7. A natureza jurídica	755
8. Pressuposto primordial da revisão	757
9. Oportunidade	757
10. Legitimidade	758
11. Pode o Ministério Público requerer a revisão?	760
12. A revisão e a decisão do Júri	760
13. Competência	763
14. Os fundamentos do pedido	764
15. Extinção da punibilidade	766
16. Unificação de penas	767
17. Revisão para aumentar a pena	768
18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	768
19. Precisa o condenado recolher-se à cadeia?	769
20. Conversão em diligência	769
21. As regras dos arts. 621 e 626 do CPP	770
22. Absolvição e revisão	771
23. Prazo	771
24. O pedido	771
25. Procedimento	772
26. Julgamento	774
27. Improcedência	774
28. Procedência	775
29. Conseqüências	776
30. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	776
31. Reiteração	779
32. Sentença estrangeira	780
33. A Justiça Eleitoral	780
34. Morte do condenado	780
35. A indenização. Nota	781

CAPÍTULO 29

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais	783
2. Recurso extraordinário: conceito	783

3. A denominação “extraordinário”	785
4. Outras funções do STF	786
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?	787
6. Legitimidade	788
7. Procedimento	789
8. Denegação. Recurso oponível	792
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	793
10. Problemas especiais. O prequestionamento	793
11. Recurso extraordinário e recurso especial	795
12. Modelo	797
13. Súmulas do STF em matéria criminal	801

CAPÍTULO 30

DO RECURSO ESPECIAL

1. O recurso especial	812
2. Quando cabe	812
3. Finalidade	819
4. Procedimento	820
5. Denegação	822
6. Outras funções do STJ	823
7. Súmulas do STJ em matéria criminal	823
8. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal	830
9. Modelos	830

CAPÍTULO 31

DOS AGRAVOS

1. Os agravos no processo penal	850
2. Histórico	850
3. O agravo de instrumento no processo penal	851
4. Modelos de agravo de instrumento	854
5. O agravo em execução	866
6. Modelo de agravo em execução	868
7. O agravo regimental	872
8. Modelo de agravo regimental	873
9. O recurso inominado	874
<i>Bibliografia</i>	877